

## **RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA AUDITORIA**

Concluídos nossos exames das demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentamos este relatório, com os principais pontos observados, com as devidas recomendações e sugestões para fortalecimento dos controles internos.

### **1. CONTROLES CONTÁBEIS INTERNOS**

Revisamos o sistema de controles internos nos seus aspectos contábeis, na extensão e forma necessárias para avaliá-lo, de acordo com a extensão que os trabalhos de auditoria requerem, de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas, cujos aspectos abordados estão devidamente considerados neste relatório circunstanciado. Observamos ainda os procedimentos no tocante ao cumprimento da Legislação Societária, e Normas Brasileiras de Contabilidades, emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

Ressaltamos que os trabalhos executados por meio de provas seletivas, testes e amostragens não têm a propriedade de revelar todas as eventuais deficiências do sistema de controles internos, portanto, o presente relatório não constitui garantia da inexistência de erros ou imperfeições.

Embora a companhia possua todas as normas internas, as mesmas não estão agrupadas, em um manual de controles internos, integrado a um sistema informatizado. A companhia não utiliza um sistema ERP para o registro de suas operações.

O controle interno da companhia se manifestou no seguinte sentido:

“O controle interno da CODEG informa que são utilizados como mecanismo de controle os relatórios emitidos pelo sistema SmarApd e os relatórios de ponto de controle mensais emitidos pelo sistema CIDADES do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo a cada envio da prestação de contas da contabilidade, folha de pagamento e contratações.”

O controle interno compreende o plano de organização e todos os seus métodos, medidas e coordenadas adotadas numa empresa para proteger seu patrimônio. Isso tudo envolve imagem e pessoas; exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis; incremento na eficiência operacional; e promoção à obediência às diretrizes administrativas estabelecidas e às normas legais impostas por autoridades competentes.

As atividades de controle devem ser parte integrante das atividades diárias de uma companhia, e um sistema efetivo de controle interno requer que uma estrutura apropriada seja estabelecida, com as atividades de controles definidas para cada nível do negócio. Devem incluir revisões de alto nível,

atividades de controle apropriadas para diferentes departamentos, controles físicos, verificação de conformidade com os limites de exposição, sistema de aprovações e autorizações e de verificação e reconciliação.

Recomendamos que a companhia mande elaborar o manual de controles internos, devidamente integrado a um sistema ERP para o registro de suas operações.

## **2. BANCOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

Confrontamos os saldos contábeis com os controles paralelos, estando consistentes.

## **3. FOLHA DE PAGAMENTO**

Analisamos as guias de recolhimento sobre as folhas de pagamento de 2024, não constatando irregularidades nestes aspectos.

### **3.1 HORAS EXTRAORDINÁRIAS**

Não tivemos acesso ao relatório de horas extraordinárias da companhia do ano de 2024. Consequentemente ficamos impossibilitados de emitirmos uma opinião, e não emitimos sobre as ocorrências de horas extraordinárias e seus reflexos nos encargos sociais ocorridos em 2024.

## **4. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS**

A companhia não possui o Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS, que é um instrumento de organização da Política de Recursos Humanos e objetiva a concretização de uma proposta transparente e participativa que oportuniza uma trajetória de crescimento contínuo, visando a valorização profissional corresponsável.

Com foco nestes objetivos, o Plano de Cargos e Salários estabelece os cargos, as funções, os respectivos salários, a política de ascensão profissional e a progressão salarial.

Recomendamos que a administração determine a elaboração de um PCCS.

## **5. ASSESSORES JURÍDICOS**

O auditor deve aplicar as normas de auditoria, para identificar passivos não registrados e contingências ativas ou passivas relacionados a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias, e assegurar-se de sua adequada contabilização e/ou divulgação nas Demonstrações Contábeis examinadas.

A administração da companhia é a responsável pela adoção de políticas e procedimentos para identificar, avaliar, contabilizar e/ou divulgar, adequadamente, os passivos não-registrados e as contingências.

Quando da execução de procedimentos de auditoria para a identificação de passivos não-registrados e contingências, o Auditor Independente deve obter evidências para os seguintes assuntos, desde que relevantes:

- a) a existência de uma condição ou uma situação circunstancial ocorrida, indicando uma incerteza com possibilidade de perdas ou ganhos para a entidade;
- b) o período em que foram gerados;
- c) o grau de probabilidade de um resultado favorável ou desfavorável; e
- d) o valor ou a extensão de perda ou ganho potencial.

A circularização dos consultores jurídicos é uma forma de o auditor obter confirmação independente das informações fornecidas pela administração referentes a situações relacionadas a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias.

A contabilidade, em 31/12/2024, não tinha contabilizado nenhum valor contabilizado em processos judiciais.

A posição dos assessores jurídicos em 31/12/2024, sobre o contencioso jurídico (ações judiciais contra a companhia) foi fornecida e apontava o seguinte valor para perdas prováveis: R\$ 6.296.283,38, ocasionando uma insuficiência não contabilizada no mesmo valor.

As informações de 2024 foram prestadas por **Artur Abade de Araújo** – Advogado da CODEG. A contabilidade deve contabilizar o valor determinado pelo assessor jurídico.

As normas contábeis determinam o seguinte:

As informações classificadas como de perda provável devem ser contabilizadas.

As informações classificadas como de perda possível devem ser incluídas nas notas explicativas.

As informações classificadas como de perda remota não devem ser informadas.

Recomendamos que o valor das contingências judiciais com prognóstico de perda provável sejam contabilizadas.

## 6. OBRIGAÇÕES DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS

### A) PCMSO - PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

O PCMSO foi apresentado. Emitido em 05/01/2023 (portanto vencido em 31/12/2024), elaborado pelo Dr. Gregório Rocha Venturim – Médico do Trabalho - CRM nº 10182. O laudo não está assinado pelo médico e pelo representante da companhia, conforme imagem abaixo, apenas assinado pela “companhia”:

#### 19. ENCERRAMENTO

Afirmo estar ciente que o Representante Legal da Empresa foi orientado sobre o PCMSO e sobre as suas obrigações.

O presente programa foi elaborado sob responsabilidade do Médico do Trabalho Gregório Rocha Venturim, CRM nº 10182.

Representante Legal da Empresa

Médico Responsável

e-SST



Esse documento foi assinado digitalmente por:

CIA DE MELHORAMENTOS E DESENVOLVIMENTO URBANO

GUA-30738033090102

Verificar em [verificador.iti.gov.br](http://verificador.iti.gov.br)

11/08/2023 17:03:51

Pág. 14 de 14

O PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) monitora por anamnese e exames laboratoriais a saúde dos trabalhadores. Tem por objetivo identificar precocemente qualquer desvio que possa comprometer a saúde dos trabalhadores.

Recomendamos colher a assinatura do médico e do responsável pela companhia.


### B) LTCAT – LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO

O Laudo Técnico das Condições Ambientais de trabalho foi apresentado. Emitido em 02/10/2017 (para o endereço: R Clementino Buthik, 76, ao lado da Sipolatt), elaborado por MEDTRAB Medicina e Segurança do Trabalho LTDA - ME , e pelas engenheiras: Priscila Rocha Jordão - Engenheira de Segurança do Trabalho - CREA/ES – 034960/D - NIT: 132.06165.29-5, e Lidiane de Oliveira Braga - Engenheira de Segurança do Trabalho - CREA/MG – 135851/D - NIT: **203.51493.41-1**. O laudo não está assinado pelas engenheiras e pelo representante da companhia, conforme imagem abaixo:


Recomenda-se que este LTCAT seja utilizado em conjunto com o PPRA da empresa, onde deverá ser mais detalhado as medidas de controle adotadas e o cronograma de ação para a implementação das ações de melhorias a serem implantadas pela empresa.

Anexado a este documento encontram-se as dosimetrias da avaliação de ruído, laudo da análise dos agentes químicos analisados e tabela resumida da caracterização do adicional de Insalubridade.


Guarapari -ES, 02 de Outubro de 2017.



\_\_\_\_\_  
Priscila Rocha Jordão  
Engenheira de Segurança do Trabalho  
CREA/ ES – 034960/D  
NIT: 132.06165.29-5



\_\_\_\_\_  
Lidiane de Oliveira Braga  
Engenheira de Segurança do Trabalho  
CREA/MG – 135851/D  
NIT: 203.51493.41-1



\_\_\_\_\_  
Cia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano Guarapari  
Responsável Legal

58

O LTCAT é um Laudo, elaborado com o intuito de se documentar os agentes nocivos existentes no ambiente de trabalho e concluir se estes podem gerar insalubridade para os trabalhadores eventualmente expostos. Somente será renovado caso sejam introduzidas modificações no ambiente de trabalho. O parágrafo 3º do Art. 58 d Lei 8213/91 com o texto dado pela Lei 9528/97 diz que:

*“A empresa que não mantiver laudo técnico atualizado com referência aos agentes nocivos existentes no ambiente de trabalho de seus trabalhadores ou que emitir documento de comprovação de efetiva exposição em desacordo com o respectivo laudo, estará sujeito à penalidade prevista no Art. 133 desta Lei, que foi republicada na MP 1596-14 de 10.11.97 e convertida na Lei 9528 de 10.12.97.”*

Este documento deve estar disponível no instituto para análise dos Auditores Fiscais da Previdência Social, Médicos e Peritos do INSS, devendo ser realizadas as alterações necessárias no mesmo, sempre que as condições de nocividade se alterarem, guardando-se as descrições anteriormente existentes no referido Laudo, juntamente com as novas alterações introduzidas, datando-se adequadamente os documentos, quando tais modificações ocorrerem.

O LTCAT tem validade indefinida, atemporal, ficando atualizado permanentemente, enquanto o "layout" da entidade não sofrer alterações. A Lei 3807/60 introduziu o benefício denominado aposentadoria especial na legislação previdenciária que exigia a apresentação de Laudo Técnico somente para o agente ruído, não mencionando esta exigência para os demais agentes Nocivos.

A Constituição Federal de 1988, com o novo ordenamento jurídico do país sancionou a concessão de aposentadorias no regime geral de Previdência Social, que passou a ter critério único, com exceção das aposentadorias especiais. A Lei 9032 - somente em 28.04.95 o Art. 57 desta Lei veio regulamentar o parágrafo 1º do Art. 201 da CF, exigindo na forma da lei que tais condições prejudicassem a saúde ou a integridade física.

MP 1532 – Em 11.10.96 a Lei 8213/91 teve alterações de seu texto com a edição da MP 1523 de 11.10.96, que originou a Lei 9528 de 10.12.97 que passou a exigir laudo técnico para todos os agentes nocivos.

A Lei 9732 de 11.12.98, parágrafo 1º do Artigo 58 ficou com a redação: A Comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário, na forma estabelecida pelo INSS, emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho.

Recomendamos que a administração mande atualizar o LTCAT, e solicitar as devidas assinaturas faltantes neste, porque esse laudo tem que ser guardado por 20 anos, para exibição à fiscalização.

### **C) AET – ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO**

A Análise Ergonômica do Trabalho (AET) não foi apresentada.

O aspecto Legal da Portaria nº 3.751 e NR-17 da Portaria Ministerial nº 3.214/78 – ERGONOMIA visa estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psico-fisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente.

O objetivo do Laudo é identificar as atuais condições laborais dos trabalhadores no desempenho de suas funções em seus respectivos postos de trabalho a fim de identificar possíveis oportunidades de melhorias, considerando: máquinas, mobiliários, ambiente de trabalho, processo, organização do trabalho, ferramentas, equipamentos, entres outros, tendo assim um diagnóstico ergonômico de suas dependências.

Recomendamos que a administração mande elaborar o AET, por ser obrigatório.

#### **D) LTIP – LAUDO TÉCNICO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE**

A companhia não apresentou o LTIP.

O LTIP - Laudo de Técnico de Insalubridade e Periculosidade é um documento que avalia as condições do ambiente de trabalho a fim de determinar se o mesmo é insalubre ou não, verificando os agentes físicos, químicos e biológicos aos quais os trabalhadores estão expostos. Através da elaboração do LTIP é possível determinar ou não a necessidade de receber o adicional de insalubridade. O documento apresenta também as informações necessárias a NR 15 e NR 16 - Atividades e Operações Perigosas, determinando se os trabalhadores estão expostos a atividades perigosas. Através do Laudo de Insalubridade é possível identificar a porcentagem do adicional de insalubridade que deverá ser pago aos colaboradores que estão expostos a ambientes, atividades ou agentes insalubres. Após a elaboração do Laudo a empresa recebe a informação do grau de insalubridade, sendo que a percepção do adicional deve seguir, 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo; 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio e 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo.

O LTIP tem validade indefinida, atemporal, ficando atualizado permanentemente, enquanto se mantiverem inalteradas as condições ambientais periciadas.

Recomendamos que a companhia elabore o Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade, por ser obrigatório.

#### **E) PGR – PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O PGR não foi apresentado.

O Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), da Norma Regulamentadora nº 1, é um documento que consolida todos os riscos ocupacionais a que o trabalhador está exposto: agentes físicos, químicos, biológicos, fatores ergonômicos e de acidentes.

Recomendamos que a administração mande elaborar o PGR, por ser obrigatório.

## **7. LIVROS OBRIGATÓRIOS DA COMPANHIA**

A Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76) determina a obrigatoriedade dos seguintes livros, em seu art. 100, conforme abaixo:

### “CAPÍTULO IX

#### Livros Sociais

Art. 100. A companhia deve ter, além dos livros obrigatórios para qualquer comerciante, os seguintes, revestidos das mesmas formalidades legais:

I - o livro de Registro de Ações Nominativas, para inscrição, anotação ou averbação: [\(Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997\)](#)

a) do nome do acionista e do número das suas ações;

b) das entradas ou prestações de capital realizado;

c) das conversões de ações, de uma em outra espécie ou classe; [\(Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997\)](#)

d) do resgate, reembolso e amortização das ações, ou de sua aquisição pela companhia;

e) das mutações operadas pela alienação ou transferência de ações;

f) do penhor, usufruto, fideicomisso, da alienação fiduciária em garantia ou de qualquer ônus que grave as ações ou obste sua negociação.

II - o livro de "Transferência de Ações Nominativas", para lançamento dos termos de transferência, que deverão ser assinados pelo cedente e pelo cessionário ou seus legítimos representantes;

.....”

Solicitamos os referidos livros e temos a comentar o seguinte:

### **7.1 LIVRO REGISTRO DE ACIONISTAS**

Foi informado que a companhia não possui o referido livro, e portanto, não foi possível apurarmos quem são os acionistas da companhia, pela falta do livro obrigatório, por lei.

Recomendamos a constituição do livro obrigatório de acionistas.

## **7.2 LIVRO DE TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES**

Foi informado que a companhia não possui o referido livro, e portanto, não foi possível apurarmos as movimentações de acionistas ao longo da existência da companhia, pela falta do livro obrigatório, por lei.

Recomendamos a constituição do livro obrigatório de transferência de ações.

## **8. SEGUROS**

A companhia deve informar se e quais os ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes, especificados por modalidade.

A companhia não forneceu as apólices vigentes em 31/12/2024, e também não informou a existência de contratação de seguros.

## **9. TRIBUTOS FEDERAIS - Empresa Pública X Economia Mista**

A companhia apresentou um ofício, assinado pelo contador, onde informa que a Companhia possui imunidade tributária, conforme imagem abaixo:



Diante das considerações apresentadas, informamos aos entes públicos e, no que couber aos demais interessados, que a CODEG possui imunidade tributária nos parâmetros da legislação brasileira vigente.

Atenciosamente

Guarapari/ES 01 de março de 2025

**Ivan Oliveira Rosa**  
**Contador - CODEG**

IVAN OLIVEIRA  
ROSA:1464769  
6723

Assinado de forma digital  
por IVAN OLIVEIRA  
ROSA:14647696723  
Dados: 2025.04.01  
11:24:16 -03'00'

Nossa opinião não está ressalvada por esse assunto. No entanto a companhia deve corroborar essa opinião, através de seus assessores jurídicos, para respaldar ainda mais esse entendimento.

## **10. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**

### **11.1 DEEMED COST**

Apuramos que a companhia não realizou o Deemed Cost (avaliação do ativo pelo valor justo), conforme era permitido pelas novas normas contábeis em 2010.

O custo atribuído somente pode ser utilizado na adoção inicial das normas convergidas (IFRSs ou IFRS for SMEs do IASB), de acordo com o ICPC 10 e NBC TG 37, itens 30, D5 e D7, aprovada pela Resolução CFC nº 1.306/10, com a NBC TG 1000, item 35.10, aprovada pela Resolução CFC nº 1.255/09, e com a ITG 10, aprovada pela Resolução CFC nº 1.263/09.

O “deemed cost”, ou custo atribuído dos ativos imobilizados, trata-se de identificar um ativo ou um conjunto de ativos operacionais, que ainda sejam relevantes para a empresa em termos de geração futura de caixa, mas que apresentam valor contábil significativamente inferior ao valor justo.

O princípio do “deemed cost” se baseia no mesmo princípio da avaliação patrimonial, em que é possível aumentar o valor dos bens desde que o ajuste não ultrapasse o valor justo daquele ativo.

A companhia, ao contratar o custo atribuído, deverá se assegurar que o avaliador indique a vida útil remanescente dos ativos e o valor residual previsto por meio de um laudo técnico fundamentado, elaborado por profissional habilitado e qualificado. Dessa forma é possível estabelecer o valor depreciável e as novas taxas de depreciação na data da avaliação.

Recomendamos que a companhia contrate serviços de avaliação de ativo, com finalidade de “Deemed Cost”, para o exercício de 2025.

### **10.2 ESTUDOS PARA A REVISÃO ANUAL SOBRE O ATIVO**

Anteriormente, as práticas contábeis adotadas no Brasil consideravam como aceitáveis as taxas de depreciação fiscais a serem utilizadas para fins contábeis. Com o advento da Lei 11.638/07 e a emissão do pronunciamento técnico contábil CPC 27 - Ativo Imobilizado, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e sua interpretação ICPC 10 e pronunciamento técnico contábil CPC 04 – R1 – ativos intangíveis, as empresas foram requeridas a calcular e registrar a depreciação e amortização de acordo com a expectativa de vida útil dos ativos imobilizados e intangível, sendo que os efeitos dessa revisão de vida útil deveriam ter sido ajustados de forma prospectiva a

partir de 01 de janeiro de 2010. Contudo, a administração não determinou as análises para determinação da vida útil dos ativos imobilizados e intangível, e a verificação dos possíveis impactos decorrentes da aplicação desse procedimento contábil. Consequentemente, não foi possível satisfazermos, por meio de outros procedimentos de auditoria, caso a empresa tivesse revisado a vida útil de seus ativos imobilizados e intangíveis, dos eventuais efeitos, sobre o saldo de depreciação/amortização acumuladas registradas no ativo não circulante, no valor de R\$ 641,306 mil, e da despesa de depreciação/amortização contabilizada no resultado do exercício no valor de R\$ 324,501 mil.

Recomendamos que os estudos sejam realizados para o exercício de 2025.

O cálculo da depreciação, com base no estudo a ser realizado, deverá ser aplicado ao exercício de 2025. O mais importante é que todos os anos ela seja realizada sempre na mesma data. Assim, as mudanças das taxas, se aplicável, devem ser prospectivas, sem retroagir ao início do exercício.

### **10.3 TESTE DE IMPAIRMENT**

A Administração da companhia não determinou a realização do teste de recuperabilidade dos valores registrados no imobilizado e intangível (teste de impairment), com o objetivo de assegurar que os citados ativos não estejam registrados por valores superiores àqueles passíveis de serem recuperados no tempo pelo uso nas operações da companhia ou pela sua venda. Consequentemente não foi possível mensurar os efeitos da não adoção do CPC 01 e ICPC 10 no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

O Teste de Impairment deve ser efetuado no exercício seguinte à realização do Deemed Cost.

### **11. CONDIÇÕES DESTE RELATÓRIO**

As recomendações deste relatório destinam-se exclusivamente à informação e ao uso da Administração e dos responsáveis pela governança da entidade, e não foram preparadas para serem utilizadas por qualquer outra pessoa que não essas partes especificadas, o que desautoriza e torna ilegal, nos termos do art. 410 do Novo Código de Processo Civil (NCPC), seu uso para qualquer outro fim. Sua divulgação externa pode suscitar dúvidas e originar interpretações indevidas por pessoas que desconhecem os objetivos e as limitações de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

## **12. CONCLUSÃO**

Com base, nos procedimentos de auditoria das demonstrações contábeis, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nas verificações, exames e revisões junto aos registros e controles internos da **COMPANHIA DE MELHORAMENTOS E DESENVOLVIMENTO HUMANO DE GUARAPARI - CODEG**, e com base nos documentos por nós inspecionados, somos de opinião que, as informações estão subsidiadas em documentos, informações, procedimentos e registros considerados satisfatórios, exceto pelos apontamentos e ressalvas registrados neste relatório.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

**ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA**

CTCRC1SP242826/O-3 "S" ES

Sócio